



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/2026 – IMTRANS/PMO

O **MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP**, por intermédio do **Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTRANS**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso I, combinado com o Art. 75, § 2º, da NLLCA nº. 14.133/2021 e posteriores alterações; Dec. Nº 12.807 de 29/12/2025, conforme as condições a seguir descritas.

1. ÓRGÃO DEMANDANTE:

UNIDADE COMPRADORA: 3014-Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTRANS

DATA DE INICIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA: 10/04/2026

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA: 16/04/2026

ENDEREÇO: <https://portal.licitanet.com.br/dispensas>

2. OBJETO:

Contratação integrada de fornecimento e implantação de sinalização vertical viária, compreendendo a fabricação, fornecimento, transporte e instalação de placas de regulamentação de trânsito, com seus respectivos suportes e elementos de fixação, em vias públicas do Município de Oiapoque/AP, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência e orçamento técnico anexos.

3. FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 37 da CF/88, Art. 75, inciso I, combinado com o Art. 75, § 2º, da NLLCA nº. 14.133/2021 e posteriores alterações; Dec. Nº 12.807 de 29/12/2025

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação por dispensa de licitação é justificada:

Pela natureza do objeto, classificado como serviço comum de engenharia;

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento e implantação de sinalização vertical viária nas vias públicas do Município de Oiapoque/AP, compreendendo a instalação de placas de regulamentação em aço galvanizado com película retrorrefletiva, bem como a fixação de suportes em madeira tratada, incluindo todos os insumos, mão de obra e serviços necessários à execução.

Nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços comuns de engenharia aqueles que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo passíveis de execução com base em especificações usuais de mercado.

No presente caso, verifica-se que o objeto atende integralmente a tais requisitos, pelos seguintes fundamentos:



I – Padronização técnica do objeto: os serviços de fornecimento e implantação de sinalização vertical viária seguem normas técnicas consolidadas da engenharia de tráfego, com especificações claramente definidas quanto a materiais, dimensões, resistência, refletividade e métodos de instalação, não havendo complexidade técnica que demande soluções inovadoras ou personalizadas;

II – Utilização de especificações usuais de mercado: os insumos empregados (placas em aço galvanizado, película retrorrefletiva, suportes em madeira tratada, elementos de fixação e concreto) são amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas e amplamente utilizadas em contratações públicas similares;

III – Execução rotineira e repetitiva: os serviços de implantação de sinalização vertical consistem em atividades operacionais padronizadas, tais como escavação, fixação, alinhamento e instalação, executadas de forma repetitiva e com técnicas consolidadas;

IV – Possibilidade de definição objetiva do desempenho e qualidade: os critérios de aceitação dos serviços podem ser claramente definidos por parâmetros objetivos, como visibilidade, alinhamento, estabilidade, durabilidade e conformidade com normas técnicas;

V – Ausência de alta complexidade técnica: o objeto não envolve elaboração de projetos complexos, soluções técnicas inovadoras ou atividades que demandem elevado grau de especialização intelectual, afastando sua caracterização como serviço especial de engenharia;

VI – Aderência às práticas administrativas e de mercado: contratações similares realizadas por outros entes públicos classificam serviços dessa natureza como comuns de engenharia, sendo prática consolidada a sua execução por empresas especializadas com atuação padronizada no mercado.

Adicionalmente, o Estudo Técnico Preliminar constante dos autos demonstra que a solução adotada baseia-se em composições de custos dos sistemas referenciais SICRO e SINAPI, reforçando o caráter padronizado, mensurável e amplamente conhecido do objeto.

Dessa forma, resta plenamente justificada a caracterização do objeto como serviço comum de engenharia, permitindo a adoção das formas de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive a dispensa de licitação, quando atendidos os demais requisitos legais.

Por fim, destaca-se que tal enquadramento observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e competitividade, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

Não se trata de serviço especial de engenharia, por não envolver complexidade técnica elevada ou solução personalizada.

Pela vantajosidade econômica demonstrada por meio de orçamento referencial oficial;

Pela celeridade administrativa, compatível com o interesse público;



Pela possibilidade legal de adoção da dispensa nos termos do art. 75, I, c/c §2º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a autonomia administrativa e financeira do IMTRANS.

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

Valor estimado: R\$ 175.200,96 (cento e setenta e cinco mil, duzentos reais e noventa e seis centavos).

O valor foi apurado com base em:

Sistemas oficiais **SICRO** e **SINAPI**;

Composição de custos unitários;

Inclusão de BDI e encargos sociais;

Orçamento técnico elaborado por profissional habilitado.

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em orçamento técnico detalhado, elaborado por profissional legalmente habilitado, utilizando como referência composições oficiais de custos extraídas dos sistemas SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras) e SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), amplamente adotados pela Administração Pública como parâmetros de mercado.

A metodologia empregada observou os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, contemplando a composição dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, transporte, atividades auxiliares e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.

O orçamento foi estruturado por meio de planilha analítica e sintética, devidamente acompanhada de memória de cálculo, composição de encargos sociais e composição do BDI, todos constantes dos autos, assegurando transparência, rastreabilidade e fidedignidade na formação do preço estimado.

Destaca-se que os valores unitários adotados refletem parâmetros atualizados e regionalizados, compatíveis com a realidade do Estado do Amapá, considerando as bases de referência mais recentes disponíveis à época da elaboração do orçamento.

Ademais, os preços coletados foram submetidos à análise crítica, em conformidade com as boas práticas de planejamento da contratação pública, considerando a coerência entre os insumos, a compatibilidade entre os custos unitários e a adequação ao objeto contratado.

Nesse contexto, conclui-se que os preços estimados são compatíveis com os praticados no mercado, não se verificando valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, estando a estimativa adequada para fins de contratação pública.



Por fim, ressalta-se que a metodologia adotada garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução do objeto será conforme definido no Termo de Referência, com vigência contratual estimada em até **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato do contrato.

7. FONTE DE RECURSOS:

Os recursos para a execução do objeto ocorrerão à conta do ORÇAMENTO VIGENTE do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

EXERCICIO FINANCEIRO 2026

Função 14 – Direitos da Cidadania

Sub Função 452 – Serviços Urbanos

Programa de Trabalho 0001 – Gestão Administrativa

Ação 2075 – Gestão das Atividades do Instituto de Trânsito e Transporte

Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1.500.0000.000000 – Recursos Próprios

8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

Menor preço global, desde que atendidas integralmente as condições técnicas e legais estabelecidas nos documentos da contratação.

9. LOCAL DE OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES:

Os interessados poderão obter informações adicionais junto ao **Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTRANS**, em dias úteis, no horário de expediente, ou por meio do processo administrativo eletrônico.

10. PUBLICIDADE:

O presente Aviso será divulgado no **PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas** e no meio oficial de publicação do Município, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

DWEKIO FREITAS DA SILVA

PRESIDENTE DO IMTRANS